



## Editorial

O leitor atento da **urbe** certamente já percebeu ter se tornado prática comum desta revista a realização de seções temáticas. Mais do que edições inteiras dedicadas a um tópico específico da gestão urbana, temos uma evidente preferência pela seleção de uma parcela dos artigos, reunidos numa seção com tema comum em debate. Também é comum, nessa prática, o convite a editores externos à revista para coordenação dessas seções. É com prazer, portanto, que, neste número, apresentamos os professores Armando Carlos de Pina Filho e Angela Maria Gabriella Rossi, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como editores-convidados do tema Engenharia Urbana.

Interface obrigatória entre a materialidade do espaço e a construção de um mundo urbano, a engenharia urbana apresenta-se como um dos temas mais importantes na gestão das cidades e talvez um dos mais negligenciados pelas ciências sociais, do ponto de vista da compreensão das complexidades sociotécnicas que dão forma e função ao meio urbano tecnicizado, impossível de outra maneira, o que Milton Santos conhecidamente chamou de *meio técnico-científico-informacional*. O entendimento da relação entre técnica, meio e sociedade necessita (e carece) de uma contribuição das engenharias, e para a gestão urbana, mais especificamente da engenharia urbana. Os editores-convidados nos entregam uma excelente coletânea de trabalhos que contribuem nesse sentido e apresentam, em seu próprio editorial, o sentido de cada uma dessas contribuições.

Na seção aberta da revista, apresentamos quatro interessantes artigos recebidos em fluxo contínuo, que marcam outra característica importante da **urbe**: a diversidade de temas e visões relacionadas à gestão urbana.

Renato T. de Saboya discute as diversas dimensões do processo de tomada de decisões no contexto do planejamento urbano. Em seu artigo “Fundamentos conceituais para uma teoria do planejamento urbano baseada em decisões”, o autor faz uma revisão cuidadosa de avanços recentes especificamente relacionados ao suporte para a tomada de decisões. De maneira interessante, o artigo convida o leitor a um debate sobre os limites da racionalidade no complexo emaranhado de políticas e relações presentes no planejamento e na ação da escolha de opções envolvendo condicionantes políticos, econômicos, culturais, sociais e, por que não, cognitivos.

No artigo “Planejamento urbano e redução de trânsito: o caso da estação de metrô da Nossa Senhora da Paz, em Ipanema”, os autores Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo e João Marcelo da Costa e Silva Lima se utilizam da observação de um caso específico de manifestações contrárias à construção de uma estação de metrô no bairro de Ipanema, no Rio de Janeiro, para discutir as políticas de transporte e mobilidade em grandes cidades brasileiras. O artigo se baseia fortemente no caso observado para promover uma discussão sobre a importância do planejamento urbano para a constituição de uma rede eficiente de mobilidade, bem como mecanismos e estratégias específicas para a escolha de modais e suas especializações.

Os últimos dois artigos desta edição se relacionam pela preocupação comum com o debate sobre os processos relativos à participação popular no planejamento urbano. Em “Participação popular no processo de planejamento urbano: a universidade como ‘decodificadora’ de um sistema de muitos códigos”, Rafaela Vieira, Luciana Noronha Pereira, Francisco Antônio dos Anjos e Taline Schroeder avaliam a construção do

plano diretor participativo do município de Camboriú (SC), e promovem um debate sobre possíveis papéis da Universidade, por meio do curso de Arquitetura e Urbanismo, nesse processo. Os autores fazem uma revisão dos conceitos e temas que cercam o planejamento participativo no Brasil, para tornar possível uma descrição analítica da experiência do município de Camboriú.

Fechando este número da **urbe**, Germana Pires Coriolano, Waldecy Rodrigues e Adão Francisco de Oliveira elaboram uma avaliação crítica sobre o papel do planejamento participativo da cidade de Palmas (TO), como possível instrumento de reversão de desigualdades instaladas desde a fundação dessa cidade planejada no interior do Brasil. Em “Estatuto da Cidade e seus instrumentos de combate às desigualdades socioterritoriais: o Plano Diretor Participativo de Palmas (TO)”, os autores demonstram como o plano inicial foi determinante na construção de territórios desiguais e explicam as razões pelas quais o planejamento participativo não foi capaz de reverter esse processo.

Esperamos, mais uma vez, que os artigos presentes nesta edição sejam capazes de agregar conhecimento e promover o debate acadêmico nas várias áreas do conhecimento que compõem a gestão urbana e nos temas específicos abordados por cada trabalho, da engenharia urbana aos planos de mobilidade, processos de tomada de decisão e avaliação da participação no planejamento urbano.

Desejamos uma boa leitura!

**Rodrigo Firmino, Harry Alberto Bollmann e Fábio Duarte**  
PPGTU/PUCPR, Curitiba, outubro de 2013